

PRODUÇÃO

Desenvolvimento para a Região Norte do país

Indústrias da Zona Franca esperam ampliar capacidade produtiva e tecnologia com o acordo Mercosul-UE, apesar de desafios concorrenciais

» RAPHAEL PATI

A assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia tem o potencial de impulsionar a modernização de diversas regiões do Brasil, com a entrada de produtos mais baratos e tecnologia de países como Alemanha, Itália e Países Baixos para o setor produtivo nacional. Com essa visão, as empresas que integram o Polo Industrial de Manaus (PIM) — um dos maiores da América Latina — acreditam que há possibilidades de atrair novos investimentos para a região, que é beneficiada por estar inserida na Zona Franca de Manaus (ZFM). No entanto, especialistas ponderam que desafios logísticos e concorrenciais podem dificultar esse movimento.

Dados divulgados no último dia 30 pela Superintendência da ZFM (Suframa), mostram que o PIM registrou o maior faturamento da história, ao atingir R\$ 227,67 bilhões entre janeiro e dezembro do ano passado. O recorde anterior havia sido registrado em 2024, quando o polo faturou R\$ 205,07 bilhões. Isso indica que houve um crescimento de 11,02% na comparação com o ano anterior.

As exportações de produtos fabricados na Zona Franca também apresentaram um crescimento de 7,07% no último ano e atingiram US\$ 663,92 milhões. Também houve aumento do número de empregos gerados nas fábricas, que já somam cerca de 131 mil trabalhadores diretos, o que representa um aumento de 5,92% ante 2024. Os setores que mais se destacaram nesse período foram os bens de informática, que responderam por cerca de 21% de todo o faturamento no ano, seguidos por duas rodas (19,7%) e eletroeletrônicos (16,9%).

Investimentos de fora

Mesmo diante de uma produção em crescimento, o presidente-executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Lúcio Flávio de Moraes, acredita que ainda há muito espaço para expandir a produção e a exportação, principalmente aos países do bloco europeu. “A ideia é atrair investimentos, estimular a inovação e até a modernização das cadeias produtivas, não só de possibilidade de venda e de exportação para o mercado europeu, mas também de modernização dos equipamentos e de tecnologia para as indústrias instaladas no polo”, avalia.

Apesar da perspectiva positiva, o executivo afirma que ainda há cautela em relação ao andamento do acordo assinado no mês passado. Os termos ainda devem ser implementados por cada país membro dos dois blocos, o que pode levar anos até ser, de fato, percebido. Nações como França, Polônia e Irlanda apresentaram divergências em relação ao documento e temem que produtos sul-americanos comprometam a competitividade dos similares na Europa.

Para Lúcio Flávio de Moraes, o acordo tem que estar acompanhado de uma regra de credibilidade

Divulgação



O presidente executivo do Cieam, Lúcio Flávio de Moraes, comenta sobre as oportunidades com o acordo



Temos necessidade de melhoria de infraestrutura para a região, que é uma coisa importante”

Lúcio Flávio de Moraes, presidente-executivo do Cieam

que, se for bem aplicada, pode suprir algumas necessidades básicas para a região da ZFM, como a questão da logística. “Temos necessidade de melhoria de infraestrutura para a região, que é uma coisa importante”, destaca o representante industrial, que acredita que um dos pontos fortes do polo de Manaus para o mercado europeu é a adequação às regras de sustentabilidade e baixo carbono na produção. “Nós apresentamos na COP30 um manifesto do PIM com aquilo que a indústria hoje instalada na região já faz, com os projetos que existem aqui e que garantem e provam que a indústria está preparada para esse momento, com essa pegada socioambiental, tanto de rastreabilidade quanto de conformidade e comprovação desse desempenho socioambiental”, diz o presidente executivo do Cieam.

Desafios

Um dos trunfos citados pela indústria amazonense a partir da existência da ZFM é a de garantir a preservação de 97% da cobertura vegetal do estado, visto que os recursos e a produção do Amazonas se concentram, principalmente, na capital. A nível de comparação, o vizinho Pará possui cerca de 75% da vegetação nativa preservada. No entanto, a rica biodiversidade contrasta com a pobreza no interior, que possui baixo acesso a saneamento básico e infraestrutura.

A questão da logística é também a principal dificuldade para as empresas instaladas no PIM, como destacam especialistas consultados pelo **Correio**. O professor de economia internacional na Hayek Global College Maurício Bento avalia que o gargalo logístico e de infraestrutura ainda penaliza a competitividade da Região Norte. “A carência de rodovias de qualidade, ferrovias e sistemas eficientes para o escoamento da produção eleva o custo final dos produtos e gera incertezas nas cadeias de suprimento”, considera.

“Para que o polo industrial de Manaus seja mais atrativo, falta um investimento maciço na integração multimodal de transportes que reduza o isolamento logístico da região, garantindo que a eficiência fabril não seja perdida no transporte das mercadorias até os centros consumidores ou portos exportadores”, acrescenta o professor.

Para o economista e gestor de riscos, Rodrigo Provazzi, ao mesmo tempo em que estar inserido na Floresta Amazônica pode ser um diferencial positivo em termos de economia verde para a ZFM, no acordo com a União Europeia, a concorrência com o mercado europeu pode reduzir a competitividade de alguns produtos fabricados no polo de Manaus. “Por incrível que pareça, do ponto de vista logístico, é mais barato e mais fácil você fazer chegar um produto industrializado europeu nos portos

brasileiros do que escoar a produção do polo de Manaus. Então, o desafio logístico eu entendo que é o principal fator de preocupação ou de desafio com relação a ele”, considera.

Já o coordenador de Comércio Internacional da BMJ Consultores, Vito Villar, destaca que os estímulos à Zona Franca de Manaus ainda carecem de maior qualidade na bacia de investimentos do governo federal. “Ela carece de uma maior justificativa da localização desses investimentos na região, uma vez que boa parte da produção é desfocalizada da região. Ela é exportada, ou muitas vezes, voltam para regiões mais populosas do país”, analisa.

Estabelecida na década de 1970 como uma das estratégias do governo federal para ampliar o desenvolvimento na Região Norte, a ZFM ainda recebe críticas por parte de indústrias de outras localidades do país por ser, na avaliação desses, um modelo que estaria ultrapassado na dinâmica de comércio atual. O debate ganhou força novamente com a discussão sobre a reforma tributária, que manteve o diferencial competitivo da zona franca para até 2073.

Apesar das críticas ao modelo, a maior parte dos recursos gerados pelo Polo Industrial de Manaus é revertido para a educação, saúde e outras áreas do estado do Amazonas. Além dos 131 mil empregos diretos, o presidente executivo do Cieam destaca que a ZFM gera, atualmente, quase 600 mil postos de trabalho indiretos. “Eu acredito que a Zona Franca de Manaus seja o único modelo de desenvolvimento econômico feito no mesmo período no Brasil que teve resultado positivo. Então, quem contesta, contesta por desconhecimento. Nunca veio aqui e nunca entrou numa fábrica daqui”, sustenta Lúcio Flávio de Moraes.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Porcarias masters

O Brasil voltou a gastar energia demais com o que menos importa. O escândalo do Banco Master, com seus desdobramentos grotescos, personagens previsíveis e sua sucessão de fatos constringedores, tornou-se o centro de um debate ruidoso — mas raso. Há indignação, há histeria, há tentativas oportunistas de capitalização política. O que não há é reflexão estratégica.

O episódio é grave. Expõe fragilidade regulatória, promiscuidade institucional e cultura de irresponsabilidade que se repete com assustadora regularidade. Mas o problema maior não está no banco em si, nem nos seus operadores. Está no fato de que, mais uma vez, o país se deixa capturar por um escândalo episódico, ignorando as transformações estruturais que redesenham a economia global, a geopolítica e o próprio sentido de desenvolvimento nacional.

Enquanto nos entretemos com o tamborete da vez, o mundo discute trilhões de dólares.

Trilhões de dólares em eventos reais, mensuráveis, já alocados ou comprometidos. Um trilhão de dólares em pagamentos anuais de juros da dívida dos EUA, algo inédito. Um trilhão de dólares em gastos militares só nos EUA. Um trilhão em investimentos globais em inteligência artificial e data centers, concentrados sobretudo nos EUA e na China. Um trilhão em pesquisa e desenvolvimento (P&D), com a China prestes a igualar, ou superar, os EUA nesse esforço. Um trilhão de dólares em superavit comercial chinês, fruto de uma estratégia deliberada de avanço industrial e tecnológico.

Não se trata de retórica. Trata-se de poder econômico, capacidade produtiva, alcance geopolítico e definição de futuro. Os grandes movimentos do nosso tempo não são sutis. A economia global deixou de ser guiada só por eficiência marginal e voltou a ser organizada por poder, escala e controle de capacidades estratégicas. Energia barata e farta são fatores decisivos de competitividade. Capacidade industrial voltou ao centro econômico. Goste-se ou não, o Estado reassumiu papel central como indutor, financiador e organizador de grandes projetos nacionais. No novo mundo, países que não pensam grande serão pensados pelos outros. Pense nisso...

Política do perde-tempo

É aqui que o escândalo do Banco Master deixa de ser apenas caso policial ou financeiro e passa a ser sintoma político. Ele revela um país cuja elite dirigente — política, econômica e institucional — está mais preocupada em governar crises que em formular rumos. Mais ocupada em apagar incêndios do que em construir futuro. Mais confortável no improvviso do que no planejamento.

Essa dispersão se torna ainda mais perigosa quando observamos o cenário pré-eleitoral. Entramos no ano decisivo de uma eleição que definirá não apenas um governo, mas a orientação do país diante da mudança histórica do sistema global. Mas o debate público segue empobrecido. De um lado, uma candidatura à reeleição que governa no curto prazo, reagindo aos fatos, sem oferecer uma visão clara de transformação produtiva. De outro, uma oposição fragmentada, hesitante entre nostalgias, personalismos e disputas internas, incapaz de apresentar um projeto de país coerente e mobilizador.

Nesse vácuo, as narrativas de crise institucional se sobrepõem à necessidade de debates estratégicos sobre o progresso. Discute-se quem errou, quem se omitiu, quem se beneficiou. Raro é discutir o essencial: como o Brasil vai crescer, com que base produtiva, com que inserção global e com que horizonte tecnológico. É a política do perde-tempo.

Mediocridade confortável

O mundo não vai esperar que resolvamos os nossos escândalos. As grandes economias estão investindo pesado em reindustrialização, em infraestrutura energética, em tecnologia de fronteira, em novos arranjos financeiros. Organizam consórcios, fundos, políticas de longo prazo. Disputam mercados, cadeias de valor e influência.

E nós? Nós discutimos migalhas.

Nada disso implica minimizar o combate às irregularidades, punir culpados e fortalecer instituições. Muito ao contrário. Um país que ambiciona valorizar-se no mundo precisa de instituições sólidas, previsíveis e respeitadas. Instituições, porém, não são um fim em si mesmas. Elas existem para permitir que a sociedade funcione, produza e prospere. Quando o debate se reduz à gestão permanente de escândalos, algo está profundamente fora de lugar.

Nós precisamos urgentemente passar do modo reativo para o modo estratégico. Isso exige mudança de atitude das elites políticas, empresariais e intelectuais. Exige abandonar a confortável mediocridade do debate curto e assumir o risco de pensar grande.

Exige reconhecer que o atraso acumulado não será superado com slogans, com ajustes marginais nem com disputas morais seletivas. Será superado com um programa claro, mensurável e executável de desenvolvimento, capaz de articular o investimento produtivo como vantagem competitiva, a reconstrução industrial e uma inserção internacional menos passiva e mais assertiva.

Tempo histórico sem perdão

O Master vai passar. Outros virão. Porcarias sempre vêm. A diferença estará em saber se o país seguirá refém da próxima distração ou se usará o tempo político para organizar um projeto consistente de futuro. A história é impaciente com países distraídos.

Certo é que nada avançará se o debate ficar restrito ao Estado, aos partidos e às disputas palacianas. O ciclo de desenvolvimento que precisamos inaugurar não nascerá apenas de governos - nascerá, sobretudo, da mobilização coordenada de empreendedores, investidores e gestores públicos, com metas, prazos definidos e métricas verificáveis.

Os países que investem trilhões não esperaram consensos abstratos nem unanimidades políticas. Criaram plataformas de investimento, consórcios empresariais, fundos de longo prazo, parcerias público-privadas robustas e regulações que reduzem risco, ampliam escala e aceleram decisões. O capital é protagonista, não figurante.

Disposmos de ativos raros: energia farta e limpa, mercado interno relevante, base empresarial diversificada e capacidade tecnológica maior do que a caricatura do atraso sugere. Falta-nos organização estratégica, coordenação entre os atores e horizonte compartilhado de futuro que vá além do ciclo eleitoral.

É nesse ponto que a discussão precisa mudar de patamar. Menos escândalo como entretenimento. Menos política do perde-tempo. Mais projeto, mais investimento real, mais compromisso com resultados. Não precisamos de salvadores nem de retórica rebuscada. Precisamos de um pacto pragmático de prosperidade, que alinhe Estado, capital e sociedade em torno do que realmente importa.

O tempo histórico não perdoa países distraídos. Mas recompensa, e com generosidade, aqueles que decidem agir. Então, como vai ser?